



EIXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS/anacampos.df@dabr.com.br



SIGA O DINHEIRO

R\$ 1.930.866

É o valor da dotação orçamentária do Fundo de Saúde da Polícia Militar para 2021. Mesmo em tempos de agravamento da pandemia de covid-19, o valor representa apenas 13% do que foi executado no ano passado. E até ontem, nada deste ano foi executado. Os dados foram levantados pelo gabinete do deputado distrital Chico Vigilante (PT).

Fila anda

A Secretaria de Saúde do DF vai deliberar, hoje, sobre possíveis avanços na vacinação de pessoas com comorbidades no Distrito Federal. A novidade é que ontem começou a aplicação de doses da Pfizer.



Reprodução/Casa Civil do DF

Em recuperação

Ex-presidente do PCdoB-DF, Apolinário Rebelo está, há duas semanas, se recuperando da covid-19. Ele deixou a UTI e está cada dia melhor.



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR...

Os flamenguistas de esquerda vão usar a camisa do Flamengo, estampada com a Havan, símbolo do bolsonarismo, como patrocinadora?

Fábio Félix vai coordenar no DF pré-candidatura do PSOL à Presidência



Ed Alves/CB/DA Press

O deputado distrital Fábio Félix (PSol) será o coordenador no Distrito Federal do comitê para a pré-candidatura do deputado Glauber Braga (PSol-RJ) à Presidência da República. Vários deputados assinaram ontem o manifesto em apoio à participação do partido na sucessão do presidente Jair Bolsonaro. A aposta é de que o ex-presidente Lula estará no segundo turno contra o bolsonarismo, mas o PSol pode participar do debate nacional defendendo suas posições no primeiro turno. “É possível defender unidade na esquerda contra Bolsonaro e ao mesmo tempo ser pré-candidato a presidente do Brasil pelo PSol apresentando o programa da esquerda radical de forma não sectária? Sim!”, escreveu Glauber Braga. Nesta linha, o partido deverá lançar também candidato ao governo do DF, como ocorreu em eleições anteriores com Fátima Sousa e Toninho do PSol.

E os feminicídios continuam

No dia em que o DF se comovia com mais um caso de assassinato de uma mulher pelo companheiro na capital do país, a CPI do Feminicídio na Câmara Legislativa aprovou ontem relatório final, de autoria do deputado Fábio Félix (PSol). Entre as medidas sugeridas, está o encaminhamento do texto ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, para que seja apurada a suposta ausência de coordenação e articulação das políticas públicas voltadas à promoção e garantia de direitos das mulheres. A pergunta é: tal conduta — se houve — caracteriza ilegalidade, improbidade, ou outra irregularidade a implicar responsabilidade dos secretários ou outros gestores incumbidos das atribuições? No caso do feminicídio ocorrido no fim de semana, o assassino confesso de Larissa Pereira do Nascimento, de 22 anos, no Itapoã era considerado violento e já havia agredido a mãe de seu bebê algumas vezes. Onde está o erro num episódio como esse?

Dupla batalha vencida

Depois de superar a covid-19 no ano passado, o secretário de Cultura, Bartolomeu Rodrigues, passou os últimos dias em luta contra o *aedes aegypti*. Ele foi contaminado com dengue hemorrágica, a forma mais forte da doença. Mas já está bem melhor. “Respondi com coragem, mas tive ajuda dos meus santos e de outros que chegaram emprestados dos amigos, que me mandavam mensagens, preocupados. Porque reza a gente não dispensa de jeito algum, e nunca é demais”, postou Bartô ontem nas redes sociais.

Secretaria de Cultura do DF/Divulgação



“Bolsonaro saudou a chacina do Jacarezinho e disse que as vítimas ‘roubavam e matavam’. Um terço dos mortos não tinha sequer ficha criminal. E ainda que tivessem, não poderiam ser executados. Bolsonaro pensa como miliciano, age como miliciano, enfim, é um miliciano”

Guilherme Boulos (Psol)

“Afronta à Polícia por parte de bandidos da favela do Jacarezinho. Parabéns à Polícia Civil do Rio por não se curvar à ditadura do narcotráfico e libertar os cidadãos ordeiros da bandidagem. Se tem mandado de prisão, para cumprir não tem ganho que impeça”.

Senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ)



Miguel Schincariol/AFP



SÓ PAPOS



Evaristo SA/AFP

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb



CORONA VIRUS

De acordo com estudiosos, a retomada dessas atividades representa risco de aumento de infecções e mortes pela covid-19, no DF. Eles consideram a medida precipitada e avaliam que, se não houver fiscalização intensa, a restrição de público não será respeitada

Eventos preocupam especialistas

» JÉSSICA MOURA

Retomar os eventos no Distrito Federal representa risco de crescimento de diagnósticos da covid-19. Essa é a avaliação de especialistas, que consideram a medida precipitada. “Estão diminuindo os ca-

sos, mas isso é um retrato de duas ou três semanas atrás, não é de agora. Se você reabre, daqui a duas semanas, você vai ver o efeito disso”, pondera o epidemiologista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Diego Xavier. A taxa de transmissão do novo coronavírus no DF está em 0,93, segundo o último bo-

letim epidemiológico da Secretaria de Saúde — quando 100 pacientes passam a doença para 93 pessoas.

No fim de semana, o governador Ibaneis Rocha (MDB) declarou que pretende liberar a realização de eventos com 25% da capacidade de público. “Inevitavelmente vai ter aumento de ocorrências graves e número de óbitos, não tem mágica ou solução fácil”, alerta Diego Xavier. “É um momento de cautela em que se precisa retomar atividades, mas precisa tomar cuidado ao reabrir para eventos, porque é uma situação que faz com que as pessoas saiam de casa para entrar em contato com várias outras pessoas, não é razoável fazer isso”, ressalta o pesquisador.

“Se não tiver fiscalização, vai ter lotação superior (aos 25%), e precisa punir quem está fazendo esse tipo de evento”, o epidemiologista. Xavier ressalta que medidas de flexibilização só devem ser aplicadas em cenários em que haja o controle das transmissões e a capacidade da rede hospitalar de receber os casos mais graves. No DF, a taxa de ocupação dos leitos públicos de unidades de terapia intensiva (UTIs) adulto para pacientes

Renato Alves/Agência Brasília.



Ibaneis disse que estuda liberar eventos com 25% da capacidade total

com covid-19 está em 94,12%.

O microbiologista Bergman Ribeiro, da Universidade de Brasília (UnB) avalia, ainda, que, com a circulação de variantes, o novo coronavírus se tornou mais transmissível. “As pessoas, saindo mais, vão se infectar mais. Vai aumentar o número de jovens internados com a nova abertura”, afirma o professor.

Entre os 7.978 casos ativos da doença no DF, 3.950 são pacientes com até 39 anos, o que corresponde a 49,5% dos casos. “A transmissão está alta, tem muita gente

se infectando, tem muita gente na UTI, e essa doença não é brincadeira”, acrescentou.

Na semana passada, o governo amenizou as restrições ao funcionamento do comércio: shoppings podem abrir das 10h às 22h, os bares e restaurantes podem funcionar das 11h às 23h, e o toque de recolher ficou para mais tarde, das 0h às 5h.

Justiça

Tramita, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), um recurso

do Ministério Público Federal (MPF) que pede a restituição da decisão do Tribunal Regional da 1ª Região (TRF-1) que determinou a retomada das restrições a atividades não essenciais no DF. Em abril, o presidente da Corte, Humberto Martins, decidiu pela suspensão da medida tomada na primeira instância por considerar que a definição sobre lockdown caberia ao Executivo. Agora, a Corte Especial do STJ vai avaliar o recurso do MPF contra a decisão monocrática do ministro. Procurado, o GDF não se manifestou.

No recurso, o subprocurador geral da República Nicolao Dino, que pede a manutenção de medidas restritivas à mobilidade urbana, argumentou que “é legítimo ao Judiciário verificar se as medidas adotadas pelo governo promovem eficaz, adequada e suficiente proteção da coletividade, no tocante ao direito à vida e à saúde pública”. Para ele, “há uma escalada no risco de iminente colapso do serviço de saúde público e privado no Distrito Federal, não se justificando, dessa maneira, o relaxamento de tais medidas”.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA



AVISO DE DESFAZIMENTO DE BENS

Desfazimento de Bens nº. 03/2021 – MC

O MINISTÉRIO DA CIDADANIA torna PÚBLICO o Aviso de Desfazimento de Bens nº. 03/2021, constante do Processo Administrativo nº. 71000.019025/2021-68, aos órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta, do Distrito Federal, Estados e Municípios, às instituições filantrópicas qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que trata do desfazimento de bens inservíveis, classificados como, antieconômicos, em atendimento às determinações contidas na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 9.373/2018 e na Portaria de número nº 68, de 27 de janeiro de 2021, deste Ministério. Os interessados deverão encaminhar os pedidos de doação, com a indicação do número deste aviso e do(s) lote(s) pretendido(s), no prazo de 5 dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à data de publicação do Aviso de Desfazimento no site da internet, os quais devem ser dirigidos à Subsecretaria de Assuntos Administrativos no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Térreo, Sala T-40, CEP: 70.054-906, Brasília/DF. Todas as regras para o desfazimento e demais informações e documentação necessárias aos donatários (entidades que poderão receber os bens) constam do Aviso de Desfazimento de Bens, o qual se encontra disponível na íntegra no site (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/doacao-de-bens>) do Ministério da Cidadania.